

pública na Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Agosto de 2007. — A Directora Regional, *Elisabete Velez*.

Despacho n.º 22 410/2007

Por despacho de 19 de Março de 2007, foi concedida licença de autorização de instalação do estabelecimento da empresa Sapec Química, S. A., destinado à fabricação de diluentes, sito na Zona Industrial da Mitrena, Herdade das Praias, Sado, Setúbal, com o processo de licenciamento n.º 3/39408.

Esta licença, que foi precedida pela emissão da declaração de impacte ambiental, está disponível para consulta pública na Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Setembro de 2007. — A Directora Regional, *Elisabete Velez*.

Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P.

Rectificação n.º 1675/2007

Por ter saído com inexactidão a publicação inserta no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de Setembro de 2006, deliberação (extracto) n.º 1233/2006 (2.ª série), p. 19 245, rectifica-se que onde se lê «(aprovado pela Portaria n.º 1326/2003, de 31 de Dezembro)» deve ler-se «aprovado pela Portaria n.º 1325/1993, de 31 de Dezembro.»

7 de Setembro de 2007. — A Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Michele Cambraia Branco*.

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Despacho n.º 22 411/2007

Rectificação do certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de tacógrafos n.º 101.25.99.6.053

No certificado de reconhecimento de qualificação de instalador de tacógrafos n.º 101.25.99.6.053, da empresa Mitsubishi Trucks Europe — Sociedade Europeia de Automóveis, S. A., publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 76, de 30 de Março de 2000, a marca de selagem passa a ser MFTE, ficando as demais disposições do anteriormente publicado.

26 de Julho de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *J. Marques dos Santos*.

2611049360

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS**

Secretaria-Geral

Despacho n.º 22 412/2007

Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, designo para minhas secretárias Maria Helena Sousa Lourenço, técnica profissional especialista principal, e Maria Rosário Amorim Sousa, técnica profissional especialista, com efeitos à data do presente despacho.

1 de Março de 2007. — A Secretária-Geral, *Luísa Danguês Tomás*.

Despacho n.º 22 413/2007

Em virtude da aposentação da técnica profissional especialista Maria Rosário Amorim Sousa, desligada do serviço em 17 de Julho de 2007, designo, em sua substituição, ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, para minha secretária a assistente administrativa Olga Figueiredo Baltazar, com efeitos à data do presente despacho.

13 de Setembro de 2007. — A Secretária-Geral, *Luísa Danguês Tomás*.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**

Secretaria-Geral

Aviso n.º 18 418/2007

Nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, faz-se público que, por meu despacho de 27 de Agosto de 2007, se encontra aberto procedimento concursal de selecção para provimento do cargo de chefe de divisão de Apoio Logístico da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (SGMTSS).

1 — Área de actuação — prestação de apoio técnico, administrativo e logístico aos gabinetes dos membros do Governo no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) e aos demais órgãos e serviços do Ministério que não disponham de meios apropriados, nos domínios da aquisição de bens e serviços, aprovisionamento e inventário, em conformidade com o disposto no artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 63/2007, de 29 de Maio, e no artigo 7.º, alíneas j) a o), da Portaria n.º 632/2007, de 30 de Maio.

2 — Requisitos legais de provimento — ser funcionário público licenciado, dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo que reúna, pelo menos, quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura, em conformidade com o n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — Perfil pretendido — os candidatos devem ser detentores de uma licenciatura em Economia ou Finanças/Gestão, ter uma experiência mínima de quatro anos no exercício de funções em, pelo menos, duas das áreas a prover, designadamente aquisição de bens e serviços, aprovisionamento e inventário, e possuir bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador em ambiente Windows.

4 — Condições preferenciais — ter exercido anteriormente funções dirigentes de apoio técnico, administrativo e logístico aos gabinetes dos membros do Governo e aos demais órgãos e serviços deste Ministério sem meios apropriados, com especial relevância em, pelo menos, duas das áreas em que se insere o cargo a prover.

5 — Métodos de selecção:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista pública.

6 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciada Maria Clara Lourenço Simões, directora de serviços da SG do MTSS.

Vogal — Licenciada Maria Rosa Sousa Furtado Fontes, directora de unidade do CDSS de Lisboa do ISS, I. P.

Vogal — Prof. João Manuel das Neves Moreira Cardoso da Cruz, docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

7 — Formalização das candidaturas — os eventuais interessados deverão apresentar a sua candidatura no prazo de 10 dias úteis a contar da publicitação do aviso na bolsa de emprego público (BEP), mediante requerimento dirigido à secretária-geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, que pode ser entregue pessoalmente na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Internos da Secretaria-Geral ou remetida pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Praça de Londres, 2, 1049-056 Lisboa, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa, número, data e prazo de validade do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone;
- b) Declaração inequívoca da posse dos requisitos legais de provimento a que se referem os n.ºs 2 e 3 deste aviso, sob pena de exclusão.

7.1 — Os requerimentos devem ser acompanhados do *curriculum vitae* assinado detalhado e actualizado, donde constem, nomeadamente, as funções que têm exercido e respectivos períodos de exercício, bem como a formação profissional detida e comprovada com fotocópia dos respectivos certificados.

8 — Os candidatos serão notificados para a realização da entrevista bem como do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência de interessados conforme estabelece o n.º 11 do

artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

27 de Agosto de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Manuel Godinho*.

Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

Aviso n.º 18 419/2007

Por despacho de 13 de Julho de 2007 da directora do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., foi Maria do Rosário Dias Ribeiro Fernandes, assistente administrativa do quadro deste organismo, nomeada mediante concurso interno de acesso geral assistente administrativa principal, remunerada pelo escalão 1, índice 222, da tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, considerando-se exonerada do anterior lugar a partir da data da aceitação do lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Julho de 2007. — A Directora, *Luísa Portugal*.

MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 22 414/2007

Referindo-se ao processo de fusão de serviços da Administração Pública, dispõe o n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, que «O processo de fusão decorre, após a entrada em vigor do diploma orgânico do serviço integrador, sob a responsabilidade do dirigente máximo deste serviço, com a colaboração dos titulares de idênticos cargos dos serviços extintos.», acrescentando-se no n.º 3 do mesmo artigo que «Verificando-se pluralidade de serviços integradores, é designado, por despacho dos respectivos membros do Governo, o dirigente máximo responsável pela coordenação do processo.».

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, o Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., é extinto, sendo objecto de fusão, com integração de atribuições, no Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP), na Agência Nacional para a Qualificação, I. P. (ANQ), e na Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT).

Assim, atenta a entrada em vigor, no passado dia 1 de Junho de 2007, dos diplomas orgânicos do IEFP e da DGERT e, no dia 31 de Julho de 2007, a publicação do diploma orgânico da ANQ, dando sequência ao processo de fusão, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, determina-se que é nomeado como dirigente máximo responsável pela coordenação do processo de fusão do Instituto para a Qualidade na Formação, I. P., o director-geral do Emprego e das Relações do Trabalho, licenciado Fernando Ribeiro Lopes.

6 de Agosto de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Deliberação n.º 1918/2007

Por deliberação de 3 de Agosto de 2007 do conselho de directivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., foi António Santos da Conceição Machado, enfermeiro-chefe, nomeado, em comissão de serviço, nesta Administração Regional de Saúde, com base na conjugação do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com o n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

A nomeação em causa produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

13 de Setembro de 2007. — A Vogal do Conselho Directivo, *Maria Suzete dos Santos Gonçalves*.

Deliberação n.º 1919/2007

Por deliberação de 3 de Setembro de 2007 do conselho de directivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., foi Maria Manuela Coelho Torres, enfermeira-chefe, nomeada, em comissão de serviço, nesta Administração Regional de Saúde, com base na conjugação do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com o n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

A nomeação em causa produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2007.

13 de Setembro de 2007. — A Vogal do Conselho Directivo, *Maria Suzete dos Santos Gonçalves*.

Sub-Região de Saúde de Braga

Despacho n.º 22 415/2007

Por despacho de 11 de Setembro de 2007 do coordenador da Sub-Região de Saúde de Braga, por delegação, foi autorizada, após aprovação em concurso interno geral de ingresso, a nomeação na categoria de motorista de ligeiros e para os seguintes locais de trabalho:

Centro de Saúde de Braga I — Fernando Miguel Abreu Guedes Silva (a).

Centro de Saúde de Braga II — Rui Pedro da Silva Soto Maior (b).

(a) Nomeação provisória ao abrigo do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

b) Nomeação em comissão de serviço ao abrigo do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

(Não carece de fiscalização prévia. Não são devidos emolumentos.)

13 de Setembro de 2007. — O Coordenador, *José Agostinho Dias de Castro e Freitas*.

Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo

Despacho (extracto) n.º 22 416/2007

Por deliberação de 19 de Julho de 2007 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., foi autorizada a prorrogação do regime de tempo prolongado, por um período de um ano, ao técnico de informática Fernando Raul Gonçalves Cruz, com efeitos a 3 de Julho de 2007, de acordo com o n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março.

14 de Setembro de 2007. — O Coordenador, *Manuel João Carneiro*.

Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

Sub-Região de Saúde de Leiria

Deliberação (extracto) n.º 1920/2007

Por deliberação de 22 de Setembro de 2006 do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, no uso de competência delegada, foi autorizado o contrato de trabalho a termo certo às enfermeiras Ana Rolanda Assis Pacheco, Vânia Cristina Caetano Alves e Cátia Marina Martins Dias, pelo período de três meses, eventualmente renovável por um único e igual período, ao abrigo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, com efeitos a 12 de Outubro e 7 de Setembro de 2006, respectivamente.

Por deliberação de 15 de Dezembro de 2006 do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro, no uso de competência delegada, foi autorizado o contrato de trabalho a termo certo à enfermeira Silvana Laura Freitas da Silva, pelo período de três meses, eventualmente renovável por um único e igual período, ao abrigo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, com efeitos a 2 de Janeiro de 2007.

Por deliberação de 4 de Janeiro de 2007 do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, no uso de competência delegada, foi autorizado o contrato de trabalho a termo certo à enfermeira Maria Leonor Rodrigues Pinto, pelo período de três meses, eventualmente renovável por um único e igual período, ao abrigo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, com efeitos a 15 de Fevereiro de 2007.

22 de Novembro de 2006. — O Coordenador, *Jorge Manuel Silva Pereira*.